

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 057

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE MAIO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Beto Richa, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Miltinho Puppio, Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito Verificação de Votação da Ata.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal
dos senhores deputados**)

18 senhores deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

Há *quorum* para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 631/99, referente a título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná para o doutor Nilso Sguarezi.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 514/99, item 05, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Tiago Amorim Novaes, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(aa) VALDIR ROSSONI

ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 240/99, item 02, em 2ª discussão, de autoria do ilustre deputado Divanir Braz Palma, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(aa) VALDIR ROSSONI

ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 121 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis,

REQUER, após ouvido o soberano Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 159/2000 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli ao Projeto de Lei nº 267/99 de minha autoria, por se tratar de matérias similares.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao duto Plenário, autorização para que o senhor Frederico Fonseca Silva, engenheiro agrônomo, ocupe a tribuna desta Casa no dia 24 de maio, para discorrer sobre o impacto ambiental no desflorestamento realizado no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O deputado abaixo assinado REQUER nos termos regimentais a convocação do Excelentíssimo secretário de Estado da Fazenda, senhor Giovani Gionédis, bem como do Digno presidente do Banestado, para que explique as recentes denúncias de “lavagem de dinheiro” envolvendo contas fantasmas em agências da citada casa financeira.

O pedido de convocação se justifica diante das denúncias veiculadas no jornal O Estado do Paraná, no dia 19 de maio do corrente, reportagem em que se apresentava a notícia de que a Polícia Federal está investigando 31 contas fantasmas, com suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo políticos paranaenses. O pedido também se justifica pela denúncia de envolvimento de funcionários do banco estadual, na facilitação da abertura e manutenção dessas contas.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família

do senhor Alfredo Lino Fabrão, falecido no último dia 22 de maio, no município de Japurá.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Santil Rodrigues de Oliveira, em Ibi-porã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do doutor Hugo de Pinho Tavares, em Londrina, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-Paraná, pela passagem de 44 anos de atividade.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e ao senhor Rubens Niederheitmann, presidente da Emater, para que recebam e façam chegar a todos os colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-Paraná, está completando 44 anos de atividades ininterrupta no desenvolvimento da agropecuária no Estado do Paraná e na prestação de assistência aos agricultores e suas famílias.

Os primeiros homens foram agricultores.

Foi seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim à agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como a indústria-mãe.

Com efeito, quantos não são, nos tempos modernos, as indústrias que lhe são tributárias e quantas não

tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior?

A agricultura produz a matéria-prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria precisa ter a condicioná-la.

Uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência. Esse é exatamente o trabalho desenvolvido ao longo dos 44 anos de trabalho da Emater.

Fiquem certos, portanto, os senhores agricultores, que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem se possa entregar, contribuindo ainda como a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana, contando sempre com a retaguarda dos técnicos da Emater.

Salve pois, todos aqueles que trabalharam e trabalham na Emater, que terão seus nomes e um lugar de honra marcado na sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos a todos os pecuaristas do Estado do Paraná, pela conquista e o recebimento em Paris-França, da Organização Internacional de Epizootias, do Certificado livre da febre aftosa no Estado do Paraná, permitindo sua inserção no mercado internacional de carne bovina.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e ao senhor Agide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, para que recebam e transmitam a todos os diretores, funcionários e especialmente aos pecuaristas do Estado do Paraná, o reconhecimento da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está recebendo em Paris-França da Organização Internacional de Epizootias, o certificado livre da febre aftosa no Estado do Paraná.

Os pecuaristas, a população paranaense como um todo, vivem um momento histórico, uma história de competência montada pelo Paraná. O coroamento de um trabalho que iniciou na década de 70, com ações isoladas, mas firme, de criadores, entidades e governo.

O Paraná está há cinco anos sem qualquer registro da doença. A boa saúde do rebanho paranaense é resultado do esforço conjunto do governo do Estado, produtores rurais e iniciativa privada, sendo declarado área livre da aftosa pelo Ministério da Agricultura. Agora esta conquista o reconhecimento internacional desse status sanitário. A conquista, além de comprovar o nível de sanidade do rebanho do Paraná, vai alavancar os negócios agropecuários.

Livre da aftosa, a carne paranaense e seus derivados, passam a ser classificados como produtos de qualidade superior, o que significa abertura de nossos mercados no exterior e melhor remuneração, para isso, o Paraná cumpriu uma série de exigências estabelecidas pelo governo federal e organismos internacionais para obter internacional de área livre da febre aftosa.

Com a erradicação da aftosa, o Estado do Paraná seguirá seguro no controle sanitário de seu rebanho.

A questão sanitária e a qualidade são vitais na concorrência mundial. No cenário de hoje, é fundamental que além do menor custo, busquemos sempre a qualidade, comprovando-se a ausência do vírus da febre aftosa no rebanho bovino do Estado do Paraná.

O Paraná, é bem verdade, realizou um grande esforço no sentido de reforçar o seu sistema de defesa agropecuária sanitária, com vistas a atender ao programa de qualidade e competitividade dos produtos agropecuários e seus derivados. O planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros.

Com esta notícia, as perspectivas são as melhores possíveis no setor pecuarista de todo o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 896

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Presidência e funcionários da Emater - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, pela passagem dos 44 anos de fundação, o qual ocorreu no dia 20 de maio do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao diretor presidente da Emater, doutor Rubens Ernesto Niederheitmann, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Bandeira, nº 500, CEP: 80.035-270, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, em nome do seu diretor, Francisco Cunha Pereira Filho, pela iniciativa do jornal em abolir de seus classificados, a publicidade a respeito dos “acompanhantes”, “telesexo”, “massagistas” e outros.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado na sede do referido jornal em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo de Curitiba aboliu de seus classificados todo tipo de publicidade a respeito de “acompanhantes”, “telesexo”, “massagistas” e outros que exploravam de alguma forma o sexo.

Com esta atitude o jornal Gazeta do Povo deu uma grande demonstração do respeito que ele tem com o povo paranaense.

Atitudes concretas como esta, que o jornal Gazeta do Povo tomou, devem ser seguidas por outros meios de comunicação, com a finalidade de acabar com este grave problema da prostituição que desagrega a família como um todo.

Sabemos que junto com a prostituição, há uma gama de outros delitos, como o tráfico de drogas, aliamento de menores, homicídios, lesões corporais, dentre outros, que possuem relação íntima com o meretrício.

A sociedade, na maioria das vezes, espera que os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) consigam resolver todas as mazelas que assolam o nosso povo. Infelizmente, isso não ocorre por diversas razões. Acredito que uma delas é a impossibilidade da atuação do Poder Estatal em resolver determinados fatos, que por sua complexidade, se tornam intensas dificuldades sociais.

É nesse momento que entra a sociedade, com o papel de ajudar na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O jornal Gazeta do Povo está cumprindo sua função social. Esperamos que outros meios de comunicação e também outras entidades não governamentais também cumpram o papel que lhes incumbe, em vez de ficar na simples crítica ideológica com a finalidade de desestruturar os partidos ou as pessoas que estão na direção de um país, Estado membro ou município.

Ante ao exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares, para realizar esta justa homenagem.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 160/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica - C.E.G., com sede e foro no município de Colorado-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica de Colorado, tem como objetivo estudos, pesquisas e divulgação dos conhecimentos antropológicos, científicos,

filosóficos e psicológicos. Com a função de coordenar, supervisionar, orientar e organizar as atividades de seus membros.

PROJETO DE LEI Nº 161/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Mário Valério Gazin.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A nossa proposta de lei que outorga o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Mário Valério Gazin, nascido aos dezesseis dias do mês de novembro de 1949, natural da cidade de Oscar Bressiani, no Estado de São Paulo, pretende homenageá-lo pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Casado há 32 anos com a senhora Cecília Domingues Gazin, tem os filhos Valéria Gazin, Adriano Gazin e Marcelo Gazin e uma neta de 7 anos de idade Bianca Gazin.

A história do senhor Mário no Paraná começou ainda quando menino, época em que seu pai o senhor Alfredo Gazin veio de mudança ao Estado, em busca de um futuro melhor para seus filhos. A família instalou-se na Cidade Gaúcha, região noroeste, cidade onde iniciaram o trabalho empreendedor. O filho mais velho do casal, que é o senhor Mário, desde criança demonstrava o gosto pelo trabalho e negócios. Foi engraxate, balconista em armazém de secos e molhados, sapateiro, padeiro, vendedor, entre outras ocupações que atuava sempre buscando opções para aumentar a renda. Houve época em sua infância, que durante o dia era sapateiro e a noite produzia pães. Buscando sempre melhoria profissional empregou-se como vendedor em uma empresa, onde aos dezessete anos de idade passou à proprietário, tornando-se assim, empresário. Mesmo à frente dos negócios, acumulava as funções na empresa como vendedor, gerente, motorista, entregador, etc. O seu forte espírito de trabalho fez com que progredisse a sua empresa e ampliasse os seus negócios. No dia 13 de dezembro de 1966, instalou a primeira Loja de Móveis Gazin na cidade de Douradina. Sempre manteve um clima amigável na sua empresa, e a boa relação com os funcionários o fizeram manter o sucesso do seu empreendimento. Sempre apoiado pelos irmãos Rubens Gazin, Jair José Gazin, Antonio Roberto Gazin e o cunhado João José da Silva, conquistou espaço no mercado paranaense, expandindo negócios em todo o território brasileiro.

Hoje totalizam 62 lojas do Grupo Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda., onde emprega centenas de pessoas.

O senhor Mário sempre tratou de maneira louvável os seus trabalhadores, na época em que os empresários consideravam ter empregados, o senhor Mário já os tratava de funcionários; quando os mesmos empresários se referiam aos funcionários, este já mencionava “meus colaboradores” e hoje, é comum ouvir os empresários tratarem funcionários de colaboradores e o senhor Mário já os chama de “sócios”.

Homenageamos ainda o senhor Mário Valério Gazin pelo espírito humanitário com que se relaciona com os seus “sócios”, valorizando a educação e cultura através do projeto Empresa Escola (Ciumem) que mantém na sua empresa, onde proporciona bolsa de estudos para cem universitários. Ainda custeia cursos de pós-graduação a nível de especialização e mestrado.

A homenagem ao senhor Mário, além do profundo respeito pela sua pessoa, enaltece também este cidadão por trazer ao Paraná a oportunidade de emprego para muitos paranaenses que hoje sobrevivem dignamente graças ao seu espírito empreendedor.

PROJETO DE LEI Nº 162/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado do Paraná implementará no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no currículo da rede pública de ensino a disciplina: Ensino Religioso, preservando o caráter interconfessional e de liberdade de culto.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com as organizações religiosas, deverá elaborar conteúdo programático adequado para atender os princípios gerais da formação ética e religiosa.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com organizações e ou entidades para implementação desta lei bem como proceder as alterações orçamentárias necessárias para sua execução.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna padece por falta de valores espirituais e éticos capazes de elevar sua prática a novas dimensões mais humanas e civilizadas. Se de um lado cabe ao indivíduo buscar através do processo histórico os elementos necessários para construção de sua vida, também é certo dizer que cabe ao Estado e à sociedade civil como um todo dar oportunidade para viabilizar a cada sujeito as formas mais variadas de realização.

Do pensamento aristotélico tiramos a assertiva de que o homem está destinado e necessariamente para a felicidade. O conteúdo da felicidade, porém, é objeto da compreensão histórico-evolutiva do próprio homem. Tradicionalmente a filosofia tem ocupado um espaço todo especial não só na compreensão do homem-sujeito, como também a religião tem atuado fortemente no desenvolvimento de um espírito crítico e capaz. Devemos notar que a religião não se resume num conteúdo doutrinário ou dogmático, mas ultrapassa tal noção para se inserir no processo formativo da consciência crítica do homem e da sociedade. É ela que alerta para os valores meta-históricos que necessariamente relativizam a ordem possessiva e do mero ter para poder, tão em voga nos dias de hoje.

Das lições de Carlos Gustavo Jung, um dos maiores estudiosos da consciência humana, tiramos o ensinamento de que a religião exerce uma força positiva e sadia no homem, capacitando-o a uma melhor e mais acurada compreensão de si mesmo e do mundo que o rodeia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) muito oportunamente determinou que o ensino religioso é disciplina obrigatória dos currículos oficiais e permitiu que os conteúdos pudessem ser desenvolvidos em conjunto com todos aqueles que tem interesse e são responsáveis no assunto.

No Estado do Paraná há uma longa tradição na formação espiritual e de valores éticos, e inclusive as organizações religiosas têm atuado de forma exemplar na busca dos melhores caminhos e métodos pedagógicos e conteúdos atualizados para atender princípio formativo. Infelizmente por vezes, e pela ausência de uma legislação efetiva, tal prática tem sofrido algum descaso, perigoso até, dos órgãos competentes.

A presente lei, visa, pois, dar condições legais e instrumentais para a implementação do Ensino Religioso na rede pública de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Moysés Leônidas.

(Declina)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

PPB, PSL, PT, PDT, PST, PSB, PTB, PFL,

(Declinam)

PSDB. Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos dão a honra da visita a esta Casa, na sessão plenária.

Estamos observando através da imprensa, através dos meios de comunicação do Senado Federal, uma grande discussão que se trava, e ela até pode parecer um

tanto sem propósito, porque o próprio parlamentar que hoje propõe, ou que cria, estabeleceu e apresentou um projeto de lei à Câmara Alta, o Senado Federal, impedindo que as ações da Petrobrás sejam comercializadas, sejam colocadas e passadas para terceiros.

É o próprio senador Álvaro Dias. Um projeto de cunho eminentemente responsável e que tem à sua marca a responsabilidade de todo o cidadão com relação a esta grande empresa e as questões estratégicas do nosso Estado. Por isso, e com a defesa que faz o senador Álvaro Dias, com relação a esse projeto, credencia a todos quantos dentro do PSDB, ou fora do PSDB, têm posicionamento contrário à privatização da Copel, porque igualmente a Petrobrás como a Copel são empresas estratégicas, são empresas de produção de energia, são empresas rentáveis, que representam um patrimônio da sociedade brasileira; a Petrobrás, e no caso paranaense, a Copel.

Portanto, o pronunciamento que fez o senador no Senado Federal, o posicionamento que tomou diante da imprensa e do seu próprio Partido, aonde teve todo o peso do governo para que pudesse voltar, retroagir da sua decisão de apresentar o projeto, representa também a vontade desse deputado. Representa, com certeza, a grande aspiração da população do nosso País. E no nosso Estado representa a própria postura que o senador tem tomado em relação à Copel, empresa que, a cada dia que entra para a baila da discussão, encontramos mais um questionamento na gestão, na administração desses recursos, que são de uma empresa pública, que são do Estado do Paraná.

Hoje estamos vendo a Copel embaralhada em uma operação mal explicada, que a Justiça, com certeza, terá que trazer às claras, que é a operação Copel/Sercomtel, Prefeitura Municipal de Londrina e Banco FonteCindam.

Recentemente, senhor presidente, estive mais uma vez em Londrina, no Ministério Público junto com as entidades representativas daquela cidade, com companheiros desta Casa e lá pudemos constatar, que o imbróglio da Copel/Sercomtel é muito mais que aquilo que nós mesmo podemos entender, deputado Edgar Bueno. Vossa Excelência que esteve lá e que acompanha a questão dessa venda, dessa triangulação mal explicada, sabe que ainda teremos muito a esclarecer.

Por isso, nada mais que assertiva termos instalado aqui a CPI da Copel/Sercomtel, para que pudéssemos, efetivamente, saber para onde foi ou para onde foram alguns milhões de reais que não se explicam. Por que a Copel diretamente teve ou ficou sob seu encargo, para saldar uma dívida que era do município de Londrina? Por que a Copel, a Sercomtel e o Banco FonteCindam assinam um documento, sem data, sem nenhuma formalidade jurídica, mas que valeu para que pudesse iniciar, dar “start” a essa negociata, que foi a negociata da Copel/Sercomtel?

Há quem diga e essas informações colheram os deputados que em Londrina estiveram, que o valor das

ações compradas pela Copel estavam sobre-valorizadas. Ora, uma operação, deputado Luiz Carlos Zuk, de 186 milhões de reais, que os seus governantes, tanto a nível de Estado, como a nível de município e da empresa de comunicação, não teve o critério e a preocupação de fazer uma licitação, assim como manda a Lei nº 8666, assim como determina a Lei Orgânica do Município de Londrina, que estabelece que toda a venda de ativos precisa ser submetida a uma autorização da Câmara e ao leilão público, sem nenhuma dessas observâncias que a lei faz referência. Foi, portanto, vendida a Sercomtel à Copel, 45% do patrimônio societário que o município controlava junto àquele serviço de comunicação.

É mais do que isso, deputado Vanhoni, é não ter o governo do Estado até agora aberto esta negociação. O deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo que neste momento não se encontra, mas tenho certeza que o deputado Ademar Traiano ocupa a sua cadeira de Líder, neste momento, disse que a Copel, está aberta para fazer a demonstração do que foi a operação Copel/Sercomtel. Deputado Ademar Traiano, não tenho nenhuma vontade, não tenho a determinação e não me move o sentido nem o sentimento de vir aqui apenas fazer a acusação de uma operação mal iniciada e pessimamente acabada, ou melhor, inconclusa, porque não teve o conhecimento ainda da sociedade para saber dos verdadeiros caminhos que tomaram os recursos. Mas tenho certeza que nem eu e nem a Bancada de Oposição se furtarão ir, discutir e fazer o levantamento do que efetivamente se transformou este negócio, triangulado, entre Copel/Sercomtel e Banco FonteCindam.

Mas se nós já temos problemas suficientes com a Copel/Sercomtel, o Sinduscon, Sindicato da Construção Civil do Norte do Paraná, entrou com uma notícia-crime junto ao Ministério Público do município de Londrina, junto à Promotoria de Justiça e Defesa dos Direitos do Consumidor, na pessoa do doutor Hélio de Oliveira Cardos, em que levanta sérias acusações e dúvidas a respeito do Projeto renascer e do Programa Poupa Lar, em que considera o Sinduscon: uma verdadeira pirâmide que está se praticando naquela Companhia de Habitação, em Londrina. Nós teremos, com certeza, informações para os próximos dias, para compreender melhor como uma companhia pode, arrecadando R\$26,00 produzir, ao longo de um período que seja satisfatório...

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado José Maria, esta presidência solicita que conclua o seu pronunciamento; seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Termino na próxima sessão, senhor presidente, dentro do horário que me for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há mais oradores no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho, torna obrigatória a inclusão da disciplina “Cidadania” no currículo das escolas estaduais do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E. A EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, com apoio dos senhores deputados Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário e Tony Garcia, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL, DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 239/99

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a instituir a disciplina “Cidadania” no currículo das escolas de 1º Grau do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º - A disciplina “Cidadania” tem por objetivo o despertar para o exercício da cidadania culminado em:

- I - melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- II - observância dos direitos e deveres do cidadão;
- III - despertar do espírito crítico;
- IV - conhecimento e respeito às instituições existentes;
- V - preservação da Paz, da Ordem e da Justiça.

Art. 3º - Consideram-se temas pertinentes à disciplina “Cidadania”, entre outro, os seguintes:

- I - educação ambiental;
- II - educação tributária;
- III - Código de Defesa do Consumidor;
- IV - Código Nacional de Trânsito;
- V - noções de higiene e saúde;

- VI - doenças sexualmente transmissíveis;
- VII - defesa do patrimônio histórico e cultural;
- VIII - direitos do menor e do adolescente;
- IX - combate ao desperdício;
- X - participação na vida da comunidade;
- XI - democracia princípios;
- XII - o papel da justiça;
- XIII - o papel da família;
- XIV - os meios de comunicação;
- XV - a leitura com meio de informação.

Art. 4º - É vedado atribuir-se caráter doutrinário, político ou religioso, para a disciplina, sujeitando-se os infratores às penalidades da lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) RENATO GAUCHO

Apoio:

Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário,
Tony Garcia.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que as providências propostas são de natureza administrativa e portanto de competência da Administração Pública, necessário o presente substitutivo para dotar a Proposição de condição autorizatória.

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se ante seu objetivo de adequá-la à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito das escolas públicas e privadas de 1º Grau do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Valdir Rossoni e Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 240/99.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/99, de autoria do deputado Nelson Justus, autoria do senhor governador do Estado do Paraná a incluir um representante da Undime-Paraná no Conselho Estadual de Educação.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, com apoioamento dos senhores deputados Antonio Baratter, Augustinho Zucchi e Ademir Bier, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 286/99**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, com base no § 1º do artigo 71, da Lei nº 4.978, de 26 de dezembro de 1964, a incluir 02 (dois) membros no Conselho Estadual de Educação - CEE, devendo 01 (um) membro ser indicado pela União dos Dirigentes de Educação Municipal - Udime - PARANÁ e 01 (um) pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.2000

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Antonio Baratter, Augustinho Zucchi e Ademir Bier.

O Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão UNESCAM. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E..

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, com apoioamento dos senhores deputados Antonio Baratter, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIA,
AO PROJETO DE LEI Nº 389/99**

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 389/99.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Antonio Baratter, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk e Ademir Bier.

O Projeto foi retirado de ofício pelo senhor presidente.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Valdir Rossoni e Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 514/99.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que fica denominado de José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Basílio Zanusso e Ademar Traiano, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 647/99**

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a denominar José Benício de Souza, a PR/561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) CLEITON KIELSE

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Basílio Zanusso, Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a providência no presente projeto de lei é de competência da administração pública,

necessária a emenda ora apresentada para sanear o vício de origem.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Nº 063/00, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a transportar, via aérea, órgãos retirados de pacientes para transplante. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/00, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 02 (duas) de autoria dos senhores deputados Edno Guimarães e Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 071/00

Fica acrescido o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 71/2000.

“Art.... - Fica obrigado ao médico da rede pública estadual além de datilografar as receitas médicas, indicar o nome do medicamento genérico ao receitado”.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoiamento:

Antonio Baratter, Pastor Edson, Luiz Carlos Alborghetti, 1 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 071/2000, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 1º - . . .

Parágrafo Único - Na impossibilidade de serem datilografadas, os receituários médicos deverão ser redigidos em letra de forma, perfeitamente legível”.

Sala das Sessões, em 23.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Valdir Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Annibelli, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos de elevado alcance social o projeto de lei acima referido. A emenda ora apresentada obje-

tiva complementar o mencionado plano, em benefício dos profissionais da saúde e também dos pacientes, eis que, nem sempre um consultório médico dispõe de máquinas de datilografia ou computador. Além disso, muitos médicos poderão não ser datilógrafos, e na pressa, inclusive cometer alguma troca de letra, alterando assim o nome do medicamento, o que não ocorrerá se a receita for manuscrita em letra de forma. **O projeto retorna à C.C.J..**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Caminho da Vida Lar Dona Vera, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, tem por finalidade dispor sobre o transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados.

Tendo em vista o contido no Parecer nº 018/99, do DSTC/DER, que em síntese, diz ser o Poder Executivo competente para gerenciar, administrar e fiscalizar o transporte rodoviário intermunicipal (Lei Complementar nº 76 de 21.12.95); o Decreto Estadual nº 5472 de 02.08.89. (Regulamento dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná), veda o transporte de passageiros sem o porte do bilhete de passagem, salvo hipóteses previstas em lei. Essa hipótese ocorre tão somente nos serviços de características metropolitanas, onde, por força do disposto no artigo 224 da Constituição Estadual estão isentos do pagamento de passagens tão somente pessoas com mais de 65 anos de idade e as pessoas portadoras de deficiência física, desde que comprovem carência de recursos finan-

ceiros; posterga ainda o contido no artigo 232 do Código Brasileiro de Trânsito e novamente o Decreto Estadual nº 5472, tendo em vista que ambos proíbem o transporte de passageiros em pé, ou seja, excesso de lotação.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Face ao exposto o Parecer é Favorável, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 144/99

Art. 1º - As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipais fornecerão gratuitamente bilhete de passagem para policiais militares do Estado do Paraná, desde que fardados e em serviço.

Parágrafo Único - O transporte de que trata o *caput*, não poderá exceder a quatro assentos por veículo, não se permitindo o transporte em pé.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 144/99

P A R E C E R :

Relatório

Dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados.

Fundamentação

Esta comissão ao analisar a matéria, observa a importância da mesma, por demonstrar a necessidade no que diz respeito a distância que os policiais tem que percorrer para solucionar seus problemas de locomoção para ir ao trabalho, deveras ser também um contra-senso o policial cuja função é proteger a sociedade, ficar pedindo caronas nas rodovias a própria sociedade para ir exercer sua função.

Deveria sim, ser imbuído de toda a ajuda, pois seu trabalho não deixa de ser de grande relevância e mérito para a sociedade.

Conclusão

Em face do exposto, emitimos Parecer Favorável a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 898, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 901, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vamos proceder a Verificação de Votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze (13) senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis (16) senhores deputados rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento nº 849, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, esse pedido de informação que encaminhamos à Mesa, ele é mais lógico possível, não tem como negar isso à Assembléia Legislativa. Queremos saber quantas vezes a senhora vice-governadora Emilia Salles Belinati assumiu o governo do Paraná, desde o dia 1º de janeiro de 1995. Quanto tempo permaneceu no governo?

Não existe qualquer empecilho para que essa informação não seja fornecida à Assembléia Legislativa. Até por que é um negócio público, todo mundo sabe. Só que não sabemos, exatamente, o período que essa interinidade não foi exercida pela vice-governadora Emilia Belinati.

Por isso solicito aqui a todos os deputados que aprovem este requerimento, porque é a sensatez que irá prevalecer.

Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, todos os esclarecimentos requeridos pelo senhor deputado estão nesta Casa.

Por isso, estamos votando contra este requerimento, porque o presidente desta Casa poderá prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze (13) aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito (18) rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento nº 888, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 889 e 890, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 891, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 892 e 893, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 896, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 899, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 900, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 902, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de Irineu Colombo, envio de expediente ao senhor governador do Estado.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente eu pediria o adiamento desse e dos demais requerimentos do deputado Irineu

Colombo, para amanhã, por que ele não se encontra hoje em Plenário e eu gostaria de encaminhar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Têm quatro requerimentos do deputado. Vossa Excelência solicita dos quatro?

Os requerimentos serão votados na sessão de amanhã.

Requerimento nº 862, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para fazer um pedido ao deputado Luiz Carlos Zuk. Tenho as informações da Secretaria de Educação. Se Vossa Excelência retirar o requerimento, presto as informações nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto o deputado Luiz Carlos Zuk se retira o requerimento.

Há a concordância do deputado Luiz Carlos Zuk.

O requerimento é retirado de votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 270 e 648/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 572, 611/99, 073/2000 e do Projeto de Resolução nº 016/2000.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 546, 550/99 e 083/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 144 e 370/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 125, 127, 131 e 139/2000

Levanta-se a sessão.